



Colonização e as transformações da paisagem no Oeste Catarinense na primeira metade do século XX

Ademir Miguel Salini* e Miran Carbonera**

* Mestrando em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e documentalista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/Unochapecó), adesalini@unochapeco.edu.br

** Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e responsável pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/Unochapecó), colaboradora no Mestrado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), mirianc@unochapeco.edu.br

Recibido 02 de Diciembre de 2017, aceptado para su publicación 07 de marzo de 2018.

Palabras Chave:

paisagem;
história ambiental;
Oeste Catarinense.

Keywords:

landscape;
environmental history;
western Santa Catarina.



Los trabajos publicados en esta revista están bajo la licencia Creative Commons Atribución - No Comercial 2.5 Argentina.

RESUMO

O objetivo do artigo é apresentar elementos do ambiente natural e as mudanças na paisagem decorrentes do processo colonizador da região Oeste Catarinense pelo viés da história ambiental. São analisadas algumas práticas de interação e exploração empreendidas pelos grupos humanos no contexto do processo de colonização na primeira metade do século XX. Foram utilizadas fontes primárias, como documentos escritos, fotográficos e orais, além da bibliografia que evidenciam as práticas de interação e exploração que conduziram a grandes transformações da paisagem. É importante considerar que a colonização aqui empreendida teve uma ação marcante na exploração dos recursos naturais e, conseqüentemente, acelerou a transformação da paisagem regional em comparação aos períodos anteriores quando indígenas e caboclos ocupavam o território.

ABSTRACT

The aim of this article is to present elements of natural environment and landscape changes resulting from the colonization process of the western Santa Catarina by the environmental history bias. Some practices of interaction and exploration carried out by human groups relating to the colonization process in the early 20th century are analyzed. Primary sources such as written, photographic and oral documents were used as well as the bibliography that shows the interaction and exploration practices that led to great landscape transformations. It is important to consider that the colonization carried out in this region had a marked action on the natural resourced exploitation and, consequently, accelerated the landscape transformation in comparison with the previous periods in which natives and caboclos occupied the territory.

INTRODUÇÃO

O problema central que motiva este trabalho é analisar a composição ambiental, principalmente a flora, a fauna e a hidrografia da região Oeste Catarinense, e apresentar como algumas práticas de interação e exploração realizadas na primeira metade do século XX desencadearam transformações na paisagem. Essa problemática será analisada pelo viés da história ambiental. Cabe salientar que a transformação da paisagem regional, por meio dessa abordagem, é um tema ainda novo para a historiografia regional; logo, certamente não se esgota com esse trabalho. Dentro dessa perspectiva, pesquisas produzidas recentemente que abordam a constituição e modificação do meio ambiente foram desenvolvidas por Nodari (2010); Silva, Brandt e Carvalho (2015); Brandt (2015a); Radin e Salini (2015); Silva, Brandt e Moretto (2017); Moretto (2017), entre outros.

Como Oeste Catarinense compreendemos a porção ocidental do Estado de Santa Catarina que corresponde a 26,5% do seu território (Welter 2006), região que apresenta uma forte relação entre o contexto ambiental e sociocultural (Figura 1).

Parte dessa região foi no passado alvo de disputas entre Brasil e Argentina, conhecida como Questão de Palmas, a qual foi resolvida em 1895 (Renk 2005b). Depois, no plano nacional, houve a Questão do Contestado entre Paraná e Santa Catarina, acordado em 1916. Santa Catarina por meio da Lei nº 1.147, de 25 de agosto de 1917, dividiu o território obtido com o acordo, em quatro municípios: Mafra, Porto União, Cruzeiro e Chapecó (Bellani 1989, Renk 2005b) (Figura 2 e 3). Como se pode observar na Figura 2 e 3, o município de Chapecó, por exemplo, de 1917 até 1953 possuía uma extensão de aproximadamente

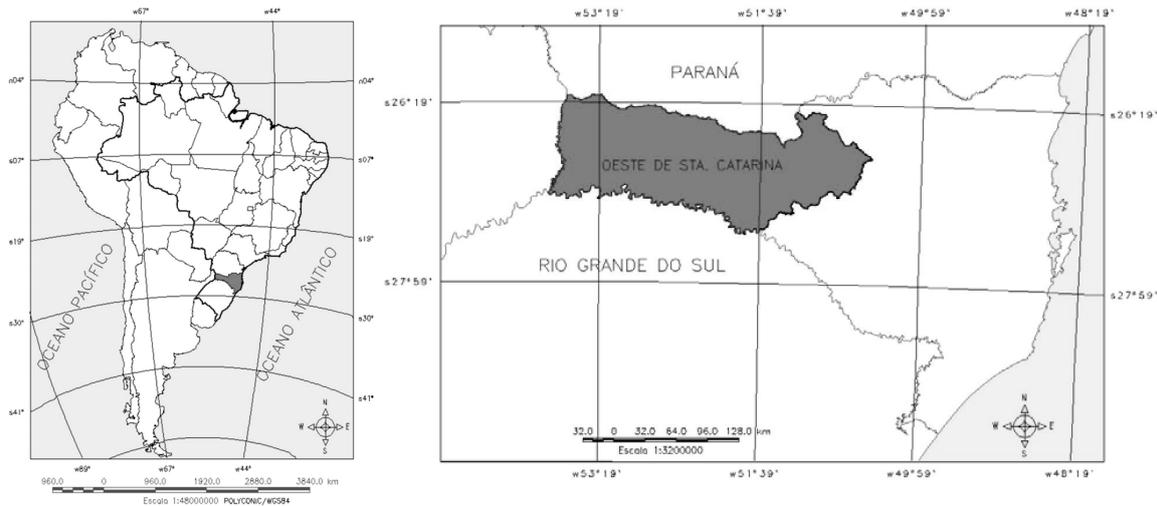


Figura 1. Localização da área de estudo. Fonte: Adaptado de Welter (2006).

14.000km². E, para ocupar tão amplo território, foi necessário atrair novos moradores. Foi nesse período que as companhias colonizadoras passaram a atuar, vendendo as terras em pequenos lotes para europeus ou aos descendentes destes que já viviam no Rio Grande do Sul, e isto resultaria no preenchimento do suposto vazio demográfico (Renk 2004). Segundo Renk (2004:19), nesse processo “caboclos e índios foram reduzidos ao silêncio”.

A história ambiental surgiu na década de 1970 (McNeill 2005; Pádua 2010; Worster 1991), à medida que aconteciam conferências sobre a crise global e os movimentos ambientalistas, ampliando, assim, a perspectiva histórica (Worster 1991). Ela tem buscado aprofundar a compreensão de como a ação humana tem interferido e impactado na natureza e, o inverso, de como os aspectos naturais interferem na formação social humana. Para McNeill (2005:13), uma definição simples seria: “[...] *la historia de las relaciones mutuas entre el género humano y el resto de la naturaleza*”. De acordo com Worster (1991), ela nasceu de um objetivo moral com compromisso político, tratando do papel e do lugar da natureza na vida humana:

“A história ambiental é, em resumo, parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais

inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido. Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e ‘supernatural’, de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas” (Worster 1991:199).

Ressalta-se a contribuição da história ambiental visando somar e ampliar o leque de possibilidades analíticas, constituindo-se em um campo de pesquisa que nas últimas décadas vem ganhando fôlego e destaque nas produções historiográficas. A pesquisa pelo olhar da história ambiental é um campo interdisciplinar; podemos citar, entre as diferentes áreas do conhecimento, os geógrafos que debruçam seus estudos sob a influência da história ambiental e ao mesmo tempo contribuem para o amadurecimento metodológico da disciplina. Como afirma Corrêa: “*A história ambiental, por também enfocar o meio ambiente por meio do estudo da paisagem, tem muito a contribuir, recompondo essa memória social*” (Corrêa 2008:136).

A paisagem, segundo Nash *apud* Worster (1991), pode ser entendida como um documento histórico, tornando-se um tema bastante marcante nas discussões ambientais, conceito introduzido

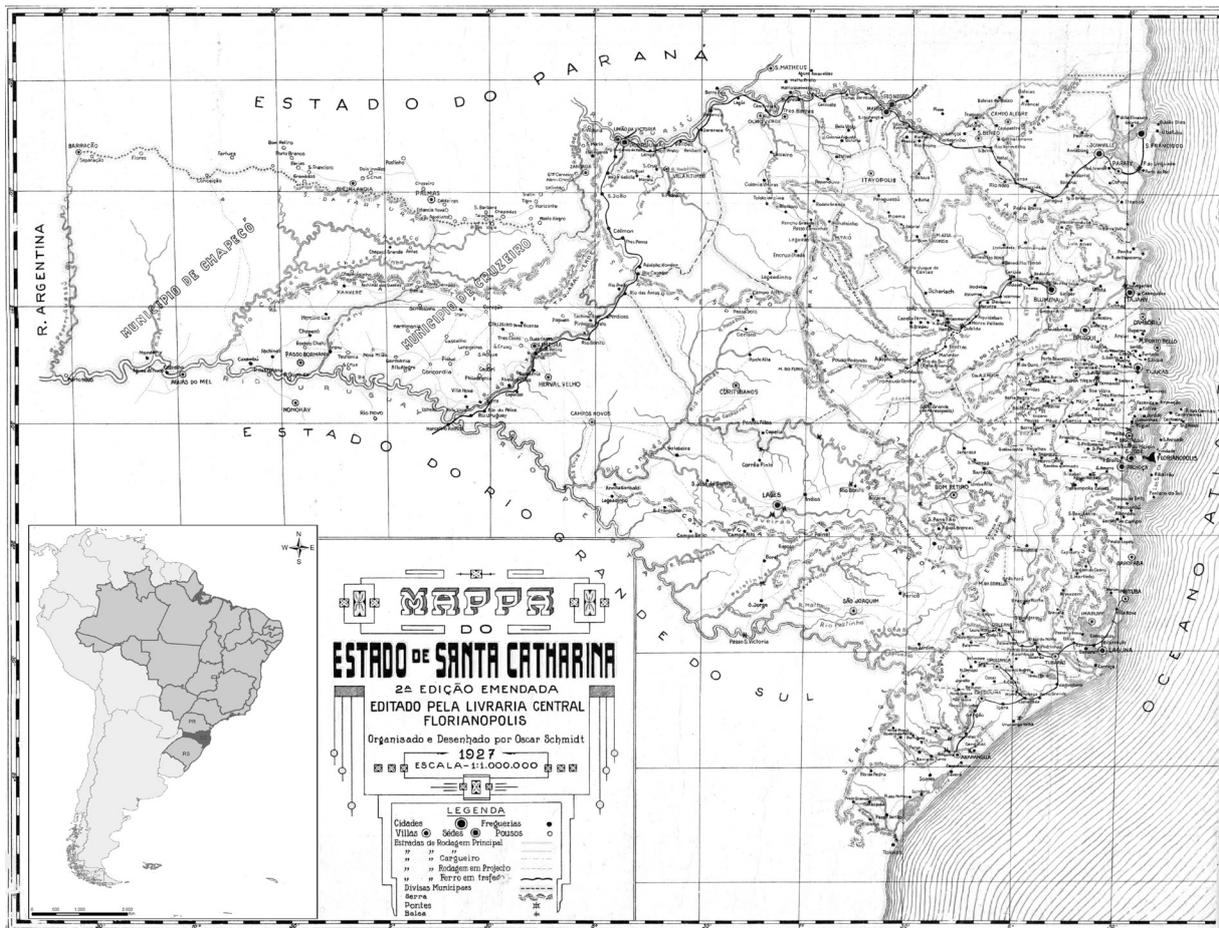


Figura 2. Mapa do Estado de Santa Catarina em 1927. Fonte: Adaptado do Mapa do Estado de Santa Catarina, Editado pela Livraria Central Florianópolis, organizado e desenhado por Oscar Schmidt, em 1927. Arquivo Digital de Mapas de Santa Catarina.

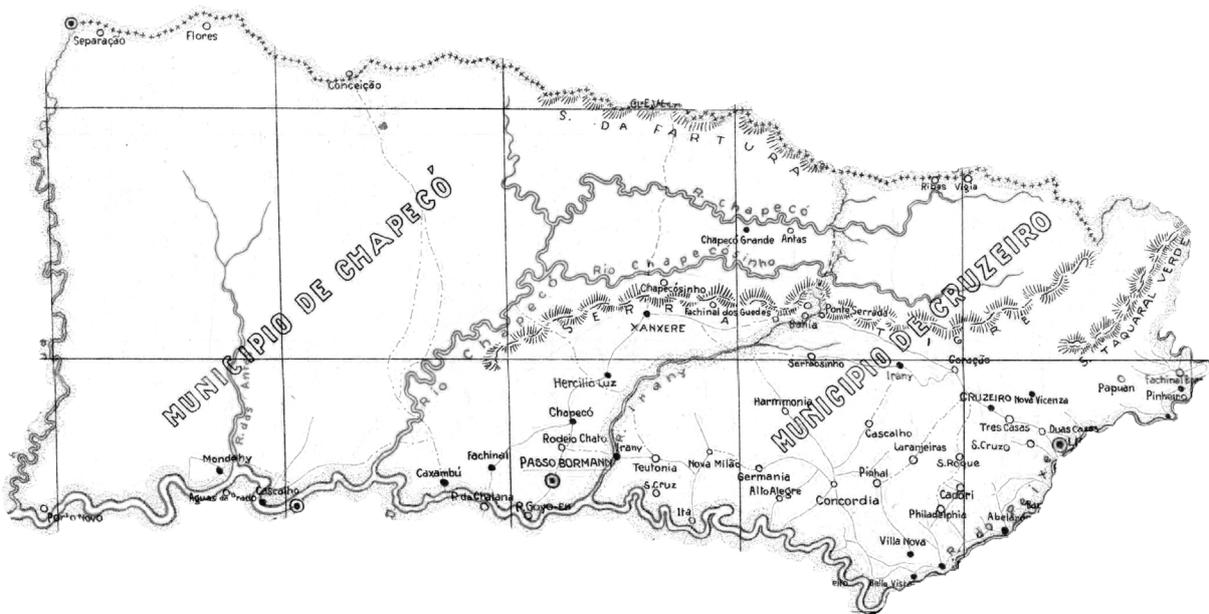


Figura 3. Detalhe do oeste do Estado de Santa Catarina em 1927, composto pelos municípios de Chapecó e Cruzeiro (passou a chamar-se Joaçaba em 1943). Fonte: Adaptado do Mapa do Estado de Santa Catarina, Editado pela Livraria Central Florianópolis, organizado e desenhado por Oscar Schmidt, em 1927. Arquivo Digital de Mapas de Santa Catarina.

pela geografia e mais recentemente pela história ambiental. Neste sentido, além de descrições físicas do relevo, da vegetação, da hidrografia, as novas tendências da geografia analisam a paisagem a partir de suas diferentes conexões:

“[...]Não se trata mais de contentar-se em descrever o meio ambiente no qual vivem e trabalham os homens; o que se procura compreender são as relações complexas que se estabelecem entre os indivíduos e os grupos, o ambiente que eles transformam, as identidades que ali nascem ou se desenvolvem” (Claval 2004:71).

Portanto, a constituição de uma paisagem está estritamente ligada às relações que se estabelecem entre os grupos humanos e os recursos disponibilizados pelo ambiente natural. Ou seja, na análise de Santos, *“a sociedade produz a paisagem, mas isso jamais ocorre sem mediação”* (Santos 2004:61). A história ambiental procura entender como o meio natural de uma determinada região pode influenciar e até moldar as formas de produção das sociedades humanas. Da mesma maneira, que impactos e mudanças ocorrem na natureza e na paisagem pela adoção de determinados métodos de exploração. Nesse sentido, procuramos analisar as mudanças da paisagem do Oeste Catarinense através de documentos escritos, fotográficos e orais, e por meio deles perceber a ação humana, com enfoque na exploração realizada através da caça, da pesca, da madeira, do uso e da ocupação do solo para agricultura, e como essas mudanças impactaram o meio durante o período colonizatório. Estas fontes fazem parte do acervo salvaguardado pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina-CEOM/Unochapecó, localizado no município de Chapecó, Estado de Santa Catarina. O Centro reúne e disponibiliza uma variada gama de acervos documentais e arqueológicos, prioritariamente sobre o Oeste Catarinense.

O AMBIENTE NATURAL E SUAS FONTES DE RECURSOS

“Onde quer que as duas esferas, natural e cultural, se confrontem ou interajam, a História Ambiental encontra seus temas essenciais” (Worster 2003:26).

Em 1929, pela primeira vez, um governador de Santa Catarina veio ao oeste do estado. Acompanhado por uma comitiva, o governador visitou o município de Chapecó que, naquela ocasião, contava com um extenso território e uma população de 14 a 15 mil habitantes (Costa 1929). Para Renk, o deslocamento da comitiva e suas ações consistiram em um *“rito de conquista do território e de suas gentes”* (Renk 2005a:109). Interessam-nos aqui os detalhes da paisagem, como na passagem do texto onde a comitiva, ao percorrer uma picada, fazendo a travessia desde a localidade de Mondai até as cabeceiras do rio Peperi-Guaçu em Dionísio Cerqueira, descreve a mata:

*“A floresta é maravilhosa.
Pinheiros de grossura e altura estonteantes.
Vimos exemplares de mais de um metro e meio de diâmetro.
Hervaes que irrompem na pequena roçada feita para a picada.
Arvores preciosas de inúmeras qualidades, especialmente de cedro.
Desse caminho estreito e cheio de empecilhos, raramente se lobra um pedaço de céu.
As arvores são tão altas e tão emaranhadas em suas comas pelos liames das sarmentaceas e trepadeiras, que vedam a visão do firmamento.
Atravessam-se trechos enormes sob abobadas baixas e espessas de cipoaes e taquaraes, obrigando o cavalheiro a debruçar-se sobre a sella quasi juntando a cabeça ao pescoço do animal”* (Costa 1929:29).

O jesuíta Balduino Rambo ao descrever a fisionomia do alto rio Uruguai observa que,

chamam a atenção na região a estrutura do solo, a composição da mata virgem, os rios sinuosos e a estrutura dos vales que determinam profundamente a paisagem (Rambo 1935:6-12). Ainda segundo ele, depressões e elevações, com serras bastante íngremes que se mantêm com altura média de 300-330 metros. Os trechos mencionados nos permitem ter uma ideia do ambiente no início do processo colonizatório empreendido a partir de 1917. Em um primeiro olhar, nos remete a uma paisagem intocada; entretanto, longe disso, esse espaço já era habitado há milênios.

O Oeste Catarinense faz parte da bacia hidrográfica do rio Uruguai. Em Santa Catarina é a bacia mais extensa, chegando a 49.573 km², ocupando aproximadamente 51% do território catarinense (Scheibe 1986). O rio Uruguai nasce na Serra Geral, da confluência dos rios Pelotas e Canoas, cujas nascentes se localizam, respectivamente, no Morro da Igreja e no Campo dos Padres a mais ou menos 1.200 m acima do nível do mar (Prates *et al.*, 1989:67). O rio Uruguai percorre um total de 2.262 km até o estuário do Prata, do qual fazem parte também os rios Paraná e Paraguai.

No seu percurso brasileiro, o rio Uruguai serve como limite entre os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; na sua porção média, é fronteira entre Brasil e Argentina; já na parte inferior, divide Argentina e Uruguai, desaguando no rio da Prata. A região do alto rio Uruguai, tem como principais afluentes na margem direita o rio do Peixe, Irani, Chapecó, São Domingos, Antas e Peperi-Guaçú. No mapa da Figura 4, pode-se observar a bacia do rio Uruguai em território brasileiro, inclusive na sua porção superior onde abrange na margem direita uma ampla extensão do estado de Santa Catarina e na margem esquerda o estado do Rio Grande do Sul.

Estudos contemporâneos, principalmente pela ótica da história ambiental remetem para a importância das bacias hidrográficas. Como afirma Arruda (2015), parece desnecessário mencionar a importância da água para as sociedades humanas, mas a modernidade e o mundo urbano separaramos processos naturais do cotidiano das pessoas. Nesse sentido, é importante lançar um olhar para o rio Uruguai e seu entorno não somente como fonte

de recursos naturais, mas como um local onde se desenvolveram diferentes práticas socioculturais ao longo do tempo. Nas últimas décadas, vem sendo explorado para a produção de energia hidrelétrica, alguns dos impactos causados por empreendimentos deste setor foram apresentados e discutidos em obra editada por Dal Magro, Renk e Franco (2015).

A vegetação florística da área estudada insere-se no bioma Mata Atlântica. As florestas do Sul do Brasil formaram-se ao longo dos últimos 10.000 anos, de acordo com estudos de paleoambiente (Behling 2002; Hadler *et al.* 2013). A Mata Atlântica é caracterizada no Oeste Catarinense, pela presença de três regiões fitoecológicas: nas partes mais altas, a Floresta Ombrófila Mista; nas partes mais baixas, a Floresta Estacional Decidual; e, em menor proporção, os Campos ou Estepes (Sevegnani *et al.* 2013).

Neste trabalho, nós nos deteremos nas duas principais regiões fitoecológicas da área analisada, a Floresta Estacional Decidual e a Floresta Ombrófila Mista. Nessas duas regiões, as espécies que ganham destaque são: grápia (*Apuleia leiocarpa*), angico (*Pamasrapiptadenia rigida*), canafístula (*Peltophorum dubium*), timbó (*Ateleia glazioviana*), cabreúva (*Myrocarpus frondosus*), o ipê-rosa (*Handroanthus impetiginosus*), louro-pardo (*Cordia trichotoma*), cedro (*Cedrela fissilis*), erva-mate (*Ilex paraguariensis*), pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*), entre outras (Sevegnani *et al.* 2013: 176-177). O pinheiro-do-paraná ou pinheiro brasileiro predomina na Floresta Ombrófila Mista, sua distribuição geográfica ocorre entre as serras do Sul do Brasil, principalmente em altitudes superiores a 500 metros. Segundo Dean:

“No Sul, a floresta subtropical acompanha o litoral marítimo mais quente e penetra nas baixadas do rio Paraná. Coníferas ressurgem ao longo das cristas de montanhas mais frias, mesmo em pontos mais ao Norte com os vinte graus de latitude Sul” (Dean 1996:27).

O ambiente regional serviu como atrativo para a fixação dos grupos indígenas, caboclos

“Também é muito provável que tenham manejado as araucárias (Araucaria angustifolia), ampliando a sua dispersão em muitos pontos da região Sul do Brasil. Em linhas gerais, existe a probabilidade de que diversas comunidades vegetais nas quais predomina uma espécie sejam ‘florestas antropogênicas’ ou ‘matas culturais’, como algumas áreas de pinheirais, palmitais, butiazais e ervais” (Arruda 2015:220).

Essas regiões fitoecológicas abrigam inúmeras espécies de animais, entre eles, mamíferos – anta, quati, ariranha, macaco, veado, queixada – destacando-se, também, alguns felinos onça pintada, suçuarana e jaguatirica (Di Bitetti *et al.* 2003). Ainda segundo os autores, nessas regiões há 500 espécies de aves, mais de 300 espécies de peixes, répteis, como serpentes e lagartos, e anfíbios, como rãs e sapos.

A COLONIZAÇÃO, AS PRÁTICAS DE INTERAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM

A paisagem natural abrigava uma rica biodiversidade de fauna e flora, além da hidrografia formada pela bacia do rio Uruguai, com rios sinuosos e muitos vales, formando paisagens por vezes fortemente onduladas. Este cenário viabilizou a fixação de grupos humanos dentro de uma perspectiva de longa duração, desde as populações indígenas pré-coloniais, até as sociedades históricas recentes como os caboclos¹ que aqui se fixaram a partir do século XIX e, os colonos, que passam a se instalar na primeira metade do século XX. Nesse sentido, abordamos algumas práticas de interação e exploração dos recursos naturais, a partir da caça e da pesca,

¹ O entendimento do caboclo ou brasileiros enquanto grupo, está para além de uma definição meramente étnica, a caracterização do caboclo está associada às práticas socioculturais de existência, de vivência e suas formas de produção e sustento baseadas na natureza. Ver: Renk (2006), Machado (2015) e Ceom (2008).

exploração da madeira, uso e ocupação do solo para a agricultura.

Para Renk (2005), a história começa a ser contada a partir da chegada dos ‘colonos’, enquanto que, aqueles que já estavam aqui foram transformados em “outros”, para a autora “[...] no Oeste Catarinense os colonos de origem, isto é, os descendentes de alemães, italianos e poloneses, advogam-se a qualidade de pioneiros; aqueles que entraram nas matas derrubaram-nas, conquistaram e ‘plantaram o progresso, a civilização’” (Renk 2005b:87).

Nos momentos iniciais da colonização, ao se instalarem os colonos se depararam com um território florestado e de infraestrutura bastante precária, com restrito acesso ao comércio. Em geral, nos momentos iniciais as famílias dispunham de poucos recursos. Assim, a caça e a pesca para consumo familiar se constituía em um recurso disponível, que dependia mais de tempo e esforço. Além disso, ainda era possível obter algum retorno econômico com a venda das peles.

Merece destaque, no entanto, o fato de que os colonizadores europeus e descendentes passaram, inclusive, a utilizar técnicas indígenas de pesca, como o *pari*, a fim de sobreviver em meio à região tão desconhecida. A citação a seguir remete à utilização do *pari* pelos colonos instalados próximos ao rio Irani e evidencia também a cooperação e reciprocidade entre vizinhos (Mauss 2003). Sobre isso, Fritz Plaumann descreve o seguinte:

“Páscoa, 04/04/1926. Depois das últimas chuvas, o nível do Rio Irani [afluente da margem direita do Uruguai] subira um tanto. E o nosso vizinho Alcides, aproveitando essa ocasião, pegou no seu ‘pari’ – uma enorme construção tipo cesto amarrada na corredeira do rio – mais de 100 peixes e, por sua gentileza, recebemos de presente seis de 1kg cada um” (Spessatto 2001:78).

O relato foi do imigrante alemão Fritz Plaumann que se instalou na região em 1925. Plaumann era fotógrafo amador e tornou-se entomólogo. Fotografou a fauna e a flora regional e criou

uma grande coleção entomológica, que está disponível para visita no Museu Entomológico Fritz Plaumann, localizado em Nova Teutônia, município de Seara/SC. No museu encontramos mais de 80.000 exemplares, a grande maioria coletada nas proximidades do rio Uruguai e afluentes, como Irani, Ariranha, Uvá. Registrou boa parte de sua vida em um diário publicado por Spessatto (2001), por meio do qual se pode ter uma ideia de como era a fauna e a flora dessa região, com muita mata e animais, sendo as onças e cobras os mais temidos.

A pesca como uma prática de interação inicialmente não tinha um valor comercial, mas contribuía significativamente na dieta alimentar das famílias, além de ser considerada para muitos como atividade de lazer. A pesca acontecia de diferentes maneiras, a variável estava muitas vezes no tipo de rio, ou seja, em águas mansas e profundas normalmente eram usados linha e anzol, já nas águas baixas com predomínio das corredeiras era comum o uso de armadilhas para capturar os peixes. Entre algumas

formas, “[...]pegávamos peixe de anzol, de linha, de vara (...) tinha aquelas joanas, o cará o lambari. [...] Tinha o douradinho, aquele também é um peixinho bonito. Então, passávamos o domingo assim: festa, pescando” (Cremonini 2009). O depoimento do Sr. Luzzi também remete a ideia da pesca com um momento de lazer e reafirma que os colonos aprenderam com os índios o emprego de determinadas armadilhas para captura dos peixes, conforme se observa no seguinte relato:

“O pãri nós pegávamos e fazíamos de taquara, né? Então, na frente aonde era uma corredeira, então, eles botava uma vara em baixo, e amarrava as taquaras; e, depois, atrás nós fechava ela, porque senão o peixe escapava. Então ali, nós fechava atrás. [...] nós sabíamos que, quando a gente ia no rio, não perdia a viagem. [...] Mais era jundiá, traíra e piava” (Luzzi 2014).

A Figura 5 refere-se à pesca com armadilha feita



Figura 5. Pescaria. Atual município de Caibi/SC, na primeira metade do século XX. Fonte: Acervo Ceom/Unochapecó.

de taquara (*Merostachys* sp.) espécie comum nas matas da região; chama atenção a quantidade de peixes capturados assim como o envolvimento familiar ou a cooperação entre vizinhos. A imagem nesse caso nos mostra a ambientação do lugar, uma situação social e histórica. Práticas como a pesca ganharam significado, preservando-se na memória da população local, foram registradas tanto em imagens fotográficas, como também em depoimentos orais. Capturar presas, seja pela pesca ou caça, e as formas de preparo das carnes podiam envolver famílias inteiras que preservaram este hábito social de geração em geração (Martins 2010).

Fritz Plaumann relata a caça de uma onça, explicando que, para isso, os colonos precisaram recorrer à experiência de um indígena e um brasileiro que conheciam bem a natureza da região:

“Domingo 20/06/30. Para matar o tigre [onça] que já tinha roubado, ao redor, tantos porcos e cachorros, um índio e dois brasileiros colocaram espingardas no mato como armadilhas. À noite a carga da bala feriu o tigre, que escapou. No dia seguinte, os três, tendo na frente o índio que tinha somente um braço, seguiam para a floresta. Quando o primeiro pulava sobre o tronco de uma árvore caída, enfrentou-se com o tigre ferido, que ficou deitado atrás do tronco. O homem tentou dar um tiro com revólver na cabeça do animal. O cartucho falhou. Então, puxando o revólver para dentro de sua boca, o tigre fechou-a, deu uma pancada e derrubou o homem no chão. Nesse momento, chegaram seus companheiros e o tigre dirigiu-se contra eles. Com o disparo de cinco tiros, os homens espantaram a fera, mas não era possível persegui-lo, visto que foi preciso socorrer o chefe que estava ferido e faleceu logo depois” (Spessatto 2001:86).

O relato evidencia as dificuldades e os perigos enfrentados pelos colonos que vieram para cá e, mais uma vez a cooperação entre vizinhos, neste caso quem melhor conhecia a natureza do

lugar auxiliavaos recém-chegados. O Sr. João Luzzi viveu no interior de União do Oeste, um pequeno município do Oeste Catarinense, instalou-se em meados dos anos de 1940. Em sua narrativa, fica explícita a diversidade de animais para a caça e algumas estratégias para capturar as presas; em seu relato, descreve um pouco do cotidiano e da prática da caça principalmente até a primeira metade do século XX:

“Pássaros, mais de tudo era pássaros, que o resto tinha tatu também, tinha paca. Mas capivara nunca cheguei ver lá. A anta, sim, eu vi não fui eu que matei. Mas, afinal, cheguei a ver ela bem de perto que os caboclos matavam. [...] Com a espingarda, soltava os cachorros, e a espera era o rio, quando ele vinha do rio o veado também, sempre vinha pelo lado do rio. Então, quando chegava na costa do rio, nós pegava ele. [...] A maioria os cachorros iam por conta, e nós trabalhando. Quando sentia, os cachorros sabia onde ir esperar e matava o bicho. Mas nós, pra perder o dia pra ir caçar não. Só no domingo, às vezes, eu pegava e ia caçar umas par de horas que a caça era bastante. Pegava pra semana inteira, era fácil. A vida era boa mesmo naquele tempo, melhor do que agora” (Luzzi 2014:05).

Outra estratégia de caça empregada pelos colonos era o uso do curso dos rios, estes poderiam ser desde pequenos lajeados ou rios maiores. Junto a estes, os animais eram cercados e, em seguida mortos. Para tanto, a utilização de cães era indispensável para esse tipo de caça. Outro ponto interessante na fala de Luzzi é de recordar aquele tempo como um tempo bom. Na memória desses colonos o saudosismo é bastante marcante.

A Figura 6 mostra um grupo de caçadores exibindo suas armas, pousando para a fotografia de forma a enaltecer seu feito. É notável a presença dos cães, a quantidade de peles, inclusive de uma onça e de uma anta; ao fundo a presença da mata fechada. Além da carne utilizada como fonte de alimentação para a população local, a pele destes animais era seca ao sol e usada para a fabricação



Figura 6. Caçada. Atual município de Palmitos/SC, primeira metade do século XX. 1,2,4,5,6: veado (*Mazama sp.*); 3: anta (*Tapirus terrestris*); 8: onça pintada ou jaguar (*Panthera onca*); 7: gato-do-mato (*Leopardus sp.*).
Fonte: Acervo Ceom/Unochapecó.

Produto/Animal	Unidade	Quantidade	Valor
Pele de veado	Uma	2.500	28.000\$000
Diversas	Uma	360	3.850\$000
Cera de abelha	Quilo	580	4.060\$000
Mel de abelha	Quilo	1.240	1.240\$000
Casca de tartaruga	Uma	50	1.500\$000
Total			4.116.912\$400

Tabela 1. Comércio de peles no município de Chapecó no ano de 1940. Fonte: Adaptada do Livro de Informação Estatística do Município de Xaçepó[sic] (1941:2). Acervo: Ceom/Unochapecó.

de instrumentos de uso cotidiano ou, em alguns casos, comercializadas, como afirma o Sr. Olívio Rotava: “Os Pompermeyer tinham diversos por aí, trabalhavam [...] explorar erva-mate, comprar couro de bicho, veado de caça, levavam os couros de lá, e já traziam munição para vender para os caçadores” (Rotava 1989). Ainda sobre o comércio de peles, o ‘Livro de Informação Estatística do

Município de Xaçepó’ [sic] fornece informações relativas para o ano de 1940.

Não aprofundaremos aqui esse tipo de comércio, visto que nossa intenção é mostrar essa atividade como uma prática de interação e exploração, que ganhou importância no período colonizatório. A exploração da fauna local é outra forma do homem impactar o meio, já que animais não eram

caçados apenas para alimentação das famílias, mas também com fins comerciais. Deve-se, ainda, considerar que os dados apresentados na Tabela 1 precisam ser tomados com cautela, uma vez que, muito provavelmente boa parte da população abatia animais e não informava esse fato aos órgãos oficiais.

Ainda naquela época o impacto ao ambiente era alertado e também a existência de regulamentações, conforme se nota em uma reportagem veiculada em um meio de comunicação regional, o Jornal d' Oeste. No ano de 1948, esse periódico publicou uma matéria com o título "*A Caça de Animais Selvagens no Brasil*". Essa reportagem, assinada pelo Engenheiro Agrônomo Duarte de Barros, faz um alerta sobre a existência do código de caça e pesca brasileiro, criado pelo Decreto nº 23.672, de 1934, e também ressalta que "*Poucos caçadores do Brasil sabem da existência do código de caça [...]. Afinal o povo começa a sentir os efeitos da ruína praticada contra a natureza*" (Jornal D' Oeste 1948:12).

Cabe mencionar, ainda que de forma breve, a exploração da erva-mate como outra forma de interação homem *versus* meio. Tal atividade marca também um importante ciclo econômico da área analisada e sua exploração contribuiu para alterar a paisagem natural. A erva-mate (*Ilex paraguariensis*) é uma planta natural desta região, sua exploração econômica foi realizada pela população cabocla ainda no final do XIX. Bavaresco (2017) indica que teve grande destaque, do final do século XIX até a primeira década do século XX; em 1900, representou 31,32% da economia de Santa Catarina. A prática secular de exploração desta planta foi efetuada inicialmente pelos índios; depois, entre os caboclos, seguindo até os dias atuais, já que faz parte de um hábito cultural não só desta região mas também dos países latinos, que a empregam principalmente como bebida quente conhecido como mate ou chimarrão (Renk 2006; Gerhardt 2013).

Uma das principais formas de exploração do meio natural foi a retirada da madeira, que se configurou em um ciclo econômico da região, principalmente entre 1930 e 1960 (Bavaresco 2017; Bellani 1991); e foi um dos principais motivos da mudança da

paisagem. Bavaresco (2017) aponta que o ciclo da madeira começou a se destacar na década de 1920, atingiu altos percentuais no final dos anos 1930 e ao longo da década de 1940. Bellani (2006) registra o número de firmas madeireiras, as quais em 1924 eram de 24, e passaram a somar um total de 107 em 1946, ou seja, em duas décadas houve um crescimento de mais de 300%. Esses dados revelam o crescimento da atividade de exploração da madeira no Oeste Catarinense, inicialmente retirada pelas próprias empresas colonizatórias.

Dentre as espécies exploradas, ganha destaque o pinheiro, utilizado para construções de casas, galpões, cercas, móveis, lenha; foi um dos produtos comerciais mais rentáveis, sobretudo a partir de 1940. "*A araucária, madeira similar ao pinho, era encontrada em arvoredos bem densos em ampla faixa das regiões montanhosas do Rio Grande do Sul ao Paraná, e se tornou, [...] significativo produto de exportação*" (Dean 1996:266). Carvalho também aponta a importância da araucária para abastecer o mercado nacional e internacional:

"No século XX a araucária se tornou a árvore mais valorizada no mercado de madeira nacional, acabando com a dependência estrangeira de madeiras serradas no princípio do século e, assim, cada vez mais abastecendo a construção civil e colaborando para a explosão urbana de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e também de Buenos Aires e Montevideú" (Carvalho 2010:29).

Até a primeira metade do século XX, período em que a extração e a comercialização da madeira nativa estava no auge, a sociedade local encontrava-se em precárias condições de infraestrutura, ou seja, pouquíssimas eram as estradas transitáveis que ligavam a região a outros estados e países. Poucas eram as possibilidades de transportes existentes para estimular outra forma de comércio e industrialização, a não ser a venda da madeira e seus derivados. Para tanto, aproveitavam-se as enchentes do rio Uruguai para escoamento da madeira por meio das balsas. Espécies de madeiras

nobres – como araucária, cedro, angico, canjerana, entre outras, foram gradativamente retiradas em grande quantidade –, para depois formarem as balsas que seguiam pelo rio Uruguai onde eram comercializadas na Argentina e no Uruguai.

As figuras 7 e 8 se referem às práticas de exploração e transporte para posterior comercialização deste recurso natural. Na figura 7 notam-se homens trabalhando, a madeira normalmente era derrubada em meio à mata com o uso do serrote e machado, e ali mesmo transformada. Inicialmente, a maioria da madeira atendia o consumo local como a construção de moradias e afins. No entanto, com a comercialização da madeira para países como a Argentina e Uruguai, estas eram derrubadas no meio da floresta e, em seguida, transportadas com a tração animal em toras até as encostas do rio, onde se confeccionavam as balsas. Na Figura 8 é possível perceber um grande volume de toras já preparadas como balsas. Também, existiam balsas feitas com a madeira manufaturada nas serrarias locais, agregando maior valor econômico

na sua venda final. O Sr. Olívio Rotava morador de Chapecó vivenciou o período da atividade madeireira e relata:

“[...]a maioria da mão de obra era da família, às vezes se contratava algum peão, por exemplo, para o serviço do corte de pinheiro [...], para puxar a madeira também contratava carreteiro, que se pagava frete com a carroça para o transporte da madeira até o rio Uruguai, até o Porto Goio-Ên mais precisamente” (Rotava 1989).

Outra descrição interessante de Rotava e que demonstra como o homem estava sujeito a adequar as suas práticas de exploração ao ambiente natural: *“[...]o pinheiro também é pesado então eles sangravam o pinheiro no mato. Faziam quatro cortes e deixavam o pinheiro meio que secar de pé para depois derrubar. Assim ele ficava mais leve e boiava na água” (Rotava 1989).* O comércio da madeira por meio de balsas foi uma prática bastante



Figura 7. Corte da madeira. Atual município de Riqueza/SC, primeira metade do século XX. Fonte: Acervo Ceom/Unochapecó.



Figura 8. Balsas no rio Uruguai. Atual município de Mondai/SC, primeira metade do século XX. Fonte: Acervo Ceom/Unochapecó.

singular e importante para o desenvolvimento regional. Era uma atividade que envolvia muitos riscos, e os períodos de secas ou cheias repentinas acarretavam grandes perdas:

“Teve um ano ali não sei, ano 1941, que deu uma seca de três anos. A madeira começou a criar limo, pasto, grama em cima da balsa e aí apodrecia a madeira. [...]depois, veio aquele rio de água e levou tudo, se foi tudo. [...] Veio a enchente, arrancou árvores, arrebentou a espia e levou tudo. [...] Isso foi 35, 40 mil dúzias de madeira em uma noite só” (Trentin 1984).

As balsas são lembradas muitas vezes como uma atividade perigosa, devido às adversidades enfrentadas durante o percurso de descida pelo rio Uruguai, em especial as corredeiras e os saltos. Apesar disso, na memória destes balseiros há muitas lembranças dos momentos de sociabilidade:

“O balseiro ia às vezes com uma balsa perto da outra, então um balseiro aqui

desafiava aqueles da outra balsa lá. Então, dava muito trova, né? Às vezes, até descia algum violeiro que levava um violão junto. Um violãozinho então acompanhava, fazia um fundo musical com o violão. Então, dava mais trova, mas era tudo na base da amizade. Se destrataavam tudo quanto era nome bonito e os feios junto, né?” (Rotava 1989).

A atividade de balseiro para Bellani (2006) foi uma oportunidade de lucro para a população local, outro motivo pela qual é rememorada com muita nostalgia pelos moradores do Oeste Catarinense que de alguma forma estiveram envolvidos com esta prática. A exploração e a alta valorização comercial da madeira se manteve até a década de 1970, após esse período com a diminuição da floresta nativa e as novas leis de regulamentação, causaram o enfraquecimento da atividade. Levando muitos madeireiros locais a buscarem outras áreas a serem exploradas, como a região Amazônica ou até mesmo países vizinhos, como o Paraguai. A intensa atividade madeireira inserida no processo

Região fitoecológica	Porção Original (km ²)	Remanescentes (km ²)
Floresta Ombrófila Mista	11.705	2.205
Floresta Estacional Decidual	6.136,04	1.125
Estepes ou Campos	1.695,63	1.198,54

Tabela 2. Dados florestais e remanescentes para o Oeste Catarinense. Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados de Sevegnani et al. (2013:175).



Figura 9. Plantação em sistema de coivara. Atual município de São Miguel do Oeste/SC, na primeira metade do século XX. Fonte: Acervo Ceom/Unochapecó.



Figura 10. Arando a terra. Fonte: Fotógrafo Fritz Plaumann. Acervo Museu Fritz Plaumann.

de colonização da região Oeste Catarinense alavancou a economia regional durante boa parte do século XX (Bavaresco 2017). Se por um lado, economicamente essa atividade promoveu a região para o cenário nacional e internacional; por outro, impactou a biodiversidade e contribuiu junto com as demais atividades na grande diminuição da cobertura vegetal, conforme Sevegnani *et al.* (2013) restou da área original da Floresta Ombrófila Mista 11,8%, da Floresta Estacional Decidual 18,31% e dos Campos ou Estepes 70,7% (Tabela 2).

O desmatamento está intrinsecamente relacionado à atividade colonizatória e ao uso do solo para a formação de roças destinadas aos cultivos agrícolas. As empresas colonizadoras retalhavam as terras (a exemplo da Colonizadora Bertaso²) e vendiam em pequenas glebas de 24 hectares, a chamada colônia. A venda dos lotes de terra se intensificou a partir de 1940, promovendo um considerável aumento demográfico; para se ter uma ideia, Piazza (1994) aponta que a população do município de Chapecó em 1920 era de 11.315, já em 1950, era de 96.624 habitantes. Na medida em que a colonização foi se intensificando, provocou uma série de mudanças e de transformações na paisagem regional. Neste sentido, as imagens contribuem para evidenciar como este processo foi sendo estruturado, como se observa na Figura 9, um agricultor realizando o plantio com máquina manual em clareira recém aberta.

O solo fértil dessa região formado pela decomposição de rochas vulcânicas passou a ser intensamente utilizado e, tão logo a mata era derrubada os primeiros grãos já eram depositados.

² A empresa colonizadora Ernesto Francisco Bertaso iniciou suas atividades no município de Chapecó, em 1918. Então, a firma denominava-se Bertaso, Maia & Cia, e seus proprietários eram Ernesto Francisco Bertaso, Manoel Passos Maia e Agilberto Attilio Maia. Em 21 de novembro de 1923, houve alteração e dissolução da firma Bertaso, Maia & Cia., ficando o sócio Ernesto F. Bertaso com todo o ativo e bens da sociedade que passou a denominar-se Empresa Colonizadora Bertaso S/A. Em janeiro de 1950, o proprietário solicitava o cancelamento do registro da empresa, extinguindo, assim, a Companhia Colonizadora Bertaso S/A. (Vicenzi 2008:305).

Quando a madeira não era comercializada, o mato derrubado era queimado, a paisagem antes verde ganhava tons de cinza, assim começavam as roças (Figura 9). Aos poucos as plantações ganhavam espaço e remodelavam as paisagens antes florestadas. Rambo (1935) descreve que:

“Cada qual [colono] escolhia o terreno que mais condizia com seus desejos, seja nas imediações do Uruguai, seja nos vales dos rios e arroios provenientes do interior, construída, de paus a pique a folhas de palmeira, a primeira cabana, [o colono] derrubava o mato ao redor e plantava o primeiro milho entre os troncos ainda fumegante[sic] da queimada” (Rambo 1935:29).

A paisagem rural se redesenhou com a chegada dos colonizadores na primeira metade do século XX, estes tinham a terra como um patrimônio. Logo, seu cultivo dentro da lógica da pequena propriedade familiar foi fundamental para a reprodução da ‘campesinidade’. Mais que espaço de trabalho, a terra é espaço da família (Woortmann 1990). Segundo Woortmann (1990), esses colonos ou pequenos agricultores estavam pautados pela ética do trabalho. O Oeste Catarinense apresenta um relevo bastante acidentado; e mesmo esses espaços foram ocupados e tornados áreas produtivas, as figuras 9 e 10 dão alguns indicativos. A prática de arar a terra com o uso da força animal (a junta de bois) para depois fazer a plantação dos grãos, era uma etapa imprescindível do processo de produção, onde eram aproveitadas inclusive as áreas bastante íngremes (Figura 10). No entanto, a prática de arar terras onduladas e acidentadas é um manejo não muito adequado, porque, segundo Marchesan *et al.* (2008), contribui para a erosão dos solos, que mais tarde precisaram ser recuperados a partir da implementação de novas alternativas de preservação, como o plantio direto.

As casas e as demais instalações eram feitas, sobretudo, com madeira retirada da própria propriedade, até mesmo os telhados eram feitos de madeira. Também era comum, nas pequenas propriedades, a preservação de um pouco de



Figura 11. Paisagem rural. Kolonia Belger XII, 1938. Fonte: Fotógrafo Fritz Plaumann. Acervo Museu Fritz Plaumann.

mato, pois dele era possível retirar madeira para as construções e reformas das instalações (casa, galpões, cercas), inclusive obter a lenha para o consumo. O mato servia, ainda, como espaço de habitat de animais e aves que poderiam ser aproveitados como caça (Figura 10 e 11). Os colonos também criavam muitos animais domésticos, como o bovino que era essencial no dia a dia na realização de atividades agrícolas, no transporte, além de fornecer alimentos (carne, couro, leite e seus derivados) (Figura 11).

As fontes analisadas possibilitam evidenciar algumas práticas de interação e exploração do ambiente pela ação antrópica e a conseqüente mudança da paisagem regional, onde a floresta nativa cedeu lugar para diferentes usos e ocupação do solo, bem como a diminuição da fauna local e a introdução de espécies exóticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história ambiental busca entender a interação

entre homem e natureza. Nesse sentido, buscamos descrever e analisar por meio de fontes históricas, algumas práticas de interação e exploração entre a população do Oeste Catarinense com o ambiente natural, a fim de perceber como a paisagem regional passou por intensas transformações durante a primeira metade do século XX, período cronológico analisado neste trabalho.

Diante disso, situamos essa região dentro da bacia hidrográfica do rio Uruguai, este que tem uma presença marcante na paisagem e destacamos a importância da Floresta Estacional Decidual e a Floresta Ombrófila Mista como habitat para uma grande diversidade faunística. Durante o período colonizatório esse cenário ambiental possibilitou aos novos moradores utilizarem os recursos da floresta tanto como fonte de alimento, com destaque para a caça e a pesca, como também a exploração da madeira e o uso do solo para agricultura com base na pequena propriedade.

O olhar sobre o meio natural como fonte de recursos, a exploração intensiva e sistemática,

realizada no recorte temporal aqui analisado, faz parte da mentalidade de uma geração que não tinha presente as noções preservacionistas atuais. Bublitz (2010) analisou a colonização europeia do século XIX no Rio Grande do Sul; segundo essa autora, o som das árvores caindo, o barulho do fogo se alastrando sobre os troncos e galhos significavam para os colonos a vitória sobre a natureza ou o “desmatamento civilizador”, reforçando o embate travado entre civilização e floresta, remetendo a conquista frente a temida e imensa mata. Para Worster (1991), é difícil apontar quando os danos sofridos por um ecossistema são gerados por forças humanas ou não, mas, segundo o autor, quando a agricultura passa a ser intensa, a capacidade da floresta se regenerar é afetada e os ecossistemas são prejudicados.

A paisagem do Oeste Catarinense encontrada pelos colonizadores europeus ou seus descendentes na primeira metade do século XX não era intocada; entretanto, a exploração empreendida desde então provocou mudanças aceleradas, asseguradas pelas políticas de Estado e de um modelo de desenvolvimento capitalista, para os quais era importante o território ocupado e produtivo economicamente. A partir da segunda metade do século XX, a história regional ganhou novos contornos com a instalação das agroindústrias, a modernização da agricultura, a migração do campo para a cidade, problemas socioambientais, a efervescência de diferentes movimentos sociais. Novas dinâmicas se impuseram, mas não podem ser vistas em separado dos processos ocorridos anteriormente.

Cabe destacar, ainda, que novos estudos apontam o homem não como um eterno predador e destruidor da natureza. Para Digard (2011), o homem se revela também como um grande protetor e produtor. Esse autor faz referência ao conceito ainda pouco conhecido da biodiversidade doméstica, que é aquela produzida pelo homem. Nesse sentido, é interessante refletirmos que a chegada dos colonizadores a essa região e as formas de interação estabelecidas com o meio, permitiram diversificar e transformar e não foram somente de exploração e destruição dos recursos. Por outro lado, é importante frisar que

os aspectos ambientais do Oeste Catarinense também contribuíram e influenciaram na formação sociocultural.

Os relatos trazidos são fragmentos de memórias, e estes, somados às fontes escritas e fotográficas, evidenciam uma história de longa duração, de interação entre homens e o meio, de uma paisagem natural para uma paisagem cultural. Por fim, destacamos que são muitas as inquietações que remetem a novas abordagens historiográficas sinalizadas pela história ambiental e que têm se apresentado em um campo de muitas possibilidades.

AGRADECIMENTOS

Daniel Galiano e Carlos Benhur Kasper pelo apoio na identificação das espécies de fauna. André Luiz Onghero e Daniel Loponte pela leitura e sugestões. Aos avaliadores que melhoraram a qualidade do artigo.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Águas. Disponível em <http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/as-12-regioes-hidrograficas-brasileiras/uruguai>. Acesso em: 11 mar. 2018.

Arquivo Digital de Mapas de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/mapas/index.html>. Acesso em: 22 dez. 2016.

ARRUDA, G.

2015. Bacias hidrográficas, história ambiental e temporalidades. *Revista de História Regional*, 20 (2): 209-231.

BAVARESCO, P.

2017. A história econômica do oeste catarinense. Em: *Chapecó 100 anos: Histórias Plurais*, editado por M. CARBONERA, A. L. ONGHERO, A. RENK y A. M. SALINI, pp. 281-315. Argos, Chapecó.

BEHLING, H.

2002. South and southeast Brazilian grasslands during Late Quaternary times: a synthesis. *Palaeogeography*,

- Palaeoclimatology, Palaeoecology*, 177:19-27.
- BELLANI, E. M.
1989. Município de Chapecó: legislação e evidências 1917-1931. En: *Série Documento 1*, editado pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. CEOM/FUNDESTE, Chapecó.
1991. *Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
2006. Balsas e balseiros no Rio Uruguai. *Cadernos do CEOM*, 23:73-98.
- BRANDT, M.
2015a. Paisagens caboclas no Oeste de Santa Catarina: colonização e rupturas. En: *Oeste de Santa Catarina: Território, Ambiente e Paisagem*, editado por M. BRANDT y E. NASCIMENTO, pp. 11-40. Pedro e João Editores, São Carlos.
2015b. Criação de porcos “à solta” na Floresta Ombrófila Mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra. *História*, 34 (1): 303-322.
- CARBONERA, M. y P. I. SCHMITZ.
2011. *Antes do Oeste Catarinense: Arqueologia dos Povos Indígenas*. Argos, Chapecó.
- CARBONERA, M.
2014. *A Ocupação Pré-Colonial do alto Rio Uruguai, SC: Contatos Culturais na Volta do Uvã*. Tese de Doutorado em Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CALDARELLI, S. B. (Org.).
2010. *Arqueologia Preventiva na UHE Foz do Chapecó, SC/RS: Relatório Final*, Scientia Consultoria Científica, Florianópolis, Inédito.
- CARVALHO, M. M. X. de.
2010. *Uma Empresa em Meio à floresta: A História da Devastação da Floresta com a Araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Org.).
2008. *Inventário da Cultura Imaterial Cabocla no Oeste de Santa Catarina*. Argos, Chapecó.
- CHANG, M. Y.
1988. *Sistema Faxinal: uma Forma de Organização Camponesa em Desagregação no Centro-Sul do Paraná*. Boletim técnico 22. IAPAR, Londrina.
- CLAVAL, P.
2004. A paisagem dos geógrafos. En: *Paisagens Textos e Identidade*, organizadores R. CORRÊA y Z. ROSENDAHL, pp. 13-74. Eduerj, Rio de Janeiro.
- COPE, S. M.
2015. A gênese das paisagens culturais do planalto sul brasileiro. *Estudos Avançados*, 29(83):149-171.
- CORRÊA, D. S.
2008. Descrições de paisagens: construindo vazios humanos e territórios indígenas na capitania de São Paulo ao final do século XVIII. *Varia Historia*, 24(39): 135-152.
- COSTA, A. F. da C.
1929. *O oeste Catharinense: Visões e Sugestões de um Excursionista*. Villas Boas & Cia, Rio de Janeiro.
- CREMONINI, J. y A. CREMONINI.
2009. Entrevista concedida a André Luiz Onghero. Nova Erechim.
- DAL MAGRO, M. L. P., A. A. RENK y G. FRANCO.
2015. *Impactos Socioambientais da Hidrelétrica Foz do Chapecó*. Argos, Chapecó.
- DEAN, W.
1996. *A Ferro e Fogo: A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. Companhia das Letras, São Paulo.
- DI BITETTI, M. S., D. PLACCI y L. A. DIETZ
2003. *Visão de Biodiversidade da Ecorregião Florestas do Alto Paraná, Bioma Mata Atlântica: Planejando a Paisagem de Conservação da Biodiversidade e Estabelecendo Prioridades para Ações de Conservação*, p. 155. World Wildlife Fund, Washington, D. C.
- DIGARD, J. P.
2012. A biodiversidade doméstica, uma dimensão

- desconhecida da biodiversidade animal. *Anuário Antropológico*: 2011-II: 205-223.
- GERHARDT, M.
2013. *História Ambiental da Erva-Mate*. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- HADLER, P., A. S. DIAS y S. G. BAUERMAN.
2013. Multidisciplinary studies of Southern Brazil Holocene: Archaeological, palynological and paleontological data. *Quaternary International* 305:119-126.
- Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.
1941. Livro de Informação Estatística de Xapacó.
- JORNAL DO OESTE.
1948. *A Caça de Animais Selvagens no Brasil*. Ano I. n. 32. Chapecó, p. 3a.
- LOPONTE, D., M. CARBONERA y R. SILVESTRE.
2015. Fishtail projectile points from South America: the brazilian record. *Archaeological Discovery*, 3 (3): 1-19.
- LOURDEAU, A., M. CARBONERA, M. C. P. SANTOS, S. HOELTZ, M. FONTUGNE, C. HATTÉ, S. F. S. M. SILVA, P. ROSINA, L. O. LUCAS, A. DA COSTA, C. FOUCHER, J. R. RAMALHO, F. KUCZKOVSKI, J. B. CAMPOS, S. VIANA y A. HERBERTS.
2016. Pré-história na foz do rio Chapecó. *Cadernos do CEOM*, 29 (45): 220-242.
- LUZZI, J.
2014. Entrevista concedida a Paulo Luzzi e Ademir Miguel Salini. União do Oeste.
- MACHADO, P. P.
2004. *Lideranças do Contestado: a Formação e a Atuação das Chefias Caboclas (1912-1916)*. Editora da Unicamp, Campinas.
- MARTINS, M. L.
2010. *Os Sabores da Caça e da Pesca: História de uma Família de Descendentes de Italianos. (1947-1998)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- MARCHESAN, J., M. C. PANSERA-DE-ARAÚJO y L. M. dos S. de ARAÚJO.
2008. Bens culturais e ambientais no Oeste Catarinense na perspectiva dos colonizadores. *Cadernos do CEOM*, 29: 39-62
- MAUSS, M.
2003. Ensaio sobre a dádiva. Em: *Sociologia e Antropologia*, editado por M. MAUSS, pp.185-314. Cosac & Naify, São Paulo.
- MCNEILL, J. R.
2005. Naturaleza y cultura de la Historia ambiental. *Nómadas*, 22: 12-25.
- MORETTO, S. P.
2017. Meio ambiente e sociedade: as transformações da paisagem no oeste catarinense, na segunda metade do século XX. *História Revista*, 22(2): 107-120.
- NODARI, E. S.
2010. Um olhar sobre o oeste de Santa Catarina sob o viés da história ambiental. *História: Debates e Tendências*, 9 (1):136-150.
- PÁDUA, J. A.
2010. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, 24(68): 81-101.
- PIAZZA, W.
1994. *A colonização de Santa Catarina*. Lunardelli, Florianópolis.
- PRATES, A. M. M., J. I. MANZOLLI e M. A. MIRA.
1989. *Geografia Física de Santa Catarina*. Ed. Lunardelli, Florianópolis.
- RADIN, J. C. y A. M. SALINI.
2015. O Instituto Nacional do Pinho e a indústria madeireira no Oeste de Santa Catarina. *Revista Professare*, 4 (3): 21-46.
- RAMBO, B.
1935. *A Fisionomia do Alto Uruguai: uma Viagem de Estudos*. Separata do Relatório do Ginásio Anchieta.
- RENK, A.
2004. *Narrativas da Diferença*. Argos, Chapecó.
2005a. O conhecimento do território: a bandeira de Konder. En: *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina documentos e leituras*, editado pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina,

- pp. 109-128. Chapecó, Argos.
- 2005b. *Dicionário Nada Convencional*. 2 edição. Argos, Chapecó.
2006. *A Luta Da Erva*. 2 edição. Argos, Chapecó.
- ROTAVA, O.
1989. Entrevista concedida a Pedro Uczai e Arlene Renk. Chapecó.
- SANTOS, M.
2004. *Pensando o Espaço do Homem*. 5. ed. EdUsp, São Paulo.
- SCHEIBE, L. F.
1986. A geologia de Santa Catarina: sinopse provisória. *Geosul*, 9:1-19.
- SEVEGNANI, L., R. R. LAPS y E. SCHROEDER.
2013. O Oeste. Em: *Biodiversidade Catarinense: Características, Potencialidades e Ameaças*, editado por SEVEGNANI, L. y E. SCHROEDER, pp.173-196. Edifurb, Blumenau.
2013. O Planalto Central. Em: *Biodiversidade Catarinense: Características, Potencialidades e Ameaças*, editado por SEVEGNANI, L. y E. SCHROEDER, pp.135-172. Edifurb, Blumenau.
- SILVA, C. M., M. BRANDT y M. M. X. CARVALHO.
2015. Uma história ambiental da Fronteira Sul: campos, florestas e agrossistemas. En: *História da Fronteira Sul*, editado por J.C. RADIN, D. J. VALENTINI y P. A. ZARTH, pp. 271-297. Letra e Vida, Porto Alegre.
- SILVA, C. M., M. BRANDT y S. P. MORETTO.
2017. Transformando a paisagem: uma história ambiental de Chapecó. Em: *Chapecó 100 anos: Histórias Plurais*, editado por M. CARBONERA, A. L. ONGHERO, A. RENK y A. M. SALINI, p. 181-214. Argos, Chapecó.
- SPESSATTO, M. B. (Org.).
2001. *O Diário de Fritz Plaumann*. Argos, Chapecó.
- TRENTIN, S.
1984. Entrevista concedida a Antônio Chiarello e Hilda Kriger. Chapecó.
- VICENZI, R.
2008. *Mito e História na Colonização do Oeste Catarinense*. Argos, Chapecó.
- WELTER, L.
2006. *O Espaço Geográfico do Oeste Catarinense e sua Cartografia Ambiental*. Tese de Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- WORSTER, D.
1991. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, 4 (8): 198-215.
2003. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente & Sociedade*, 5 (2): 23-44.
- WOORTMANN, K.
1990. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, 87: 11-73.